

PARADIGMAS DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL. Cartografias da Desigualdade em São Paulo

PARADIGMAS OF TERRITORY PLANNING'S. Cartographies of inequalities in São Paulo.

James Humberto **Zomighani Junior***

Resumo: O conhecimento do território do Estado de São Paulo, espaço complexo que apresenta enormes desafios para abordagem científica e planejamento territorial, exige cartografia temática especializada. As análises territoriais apoiadas em mapas produzidos com suficiente rigor técnico e científico promovem maior conhecimento dos usos do território e dos circuitos espaciais que o caracterizam. Os planejadores, servindo-se desses conhecimentos, podem elaborar novas regionalizações como instrumentos para execução de políticas de Estado, pois os mapas oferecem novos subsídios para orientar a ação política na organização que se deseja para o espaço geográfico. A partir dessas premissas, foram analisados os mapas da série *Caracterização do Território Paulista*, da Fundação SEADE, instituição de Governo do estado de São Paulo. A análise desses mapas a partir de teorias da Geografia e Cartografia buscou reconhecer o conceito de território que orientou a produção cartográfica SEADE, e refletir sobre as possibilidades de uso dessa cartografia pelos planejadores. A coerência entre teoria e práxis permite elaborar hipóteses sobre a eficácia do planejamento territorial das políticas de Estado, e dos instrumentos que o Governo paulista dispõe para orientar políticas e minimizar as desigualdades socioespaciais do Estado de São Paulo. Na atualidade esta coerência é bastante questionável devido ao atraso da cartografia produzida e disponibilizada pelos órgãos de Governo, pela ausência de um conceito científico de território e pela visão do planejamento apenas como um instrumento técnico, e não como uma prática política.

Palavras-chave: Planejamento Territorial; Desigualdades Socioespaciais; Região e Regionalização; Cartografias da Desigualdade do Território Paulista; Lugares e Regiões de Governo do Estado de São Paulo.

Abstract: Knowledge of the State of São Paulo, complex space that presents enormous challenges for the scientific knowledge and for territorial planning, requires specialized thematic mapping. The territorial analysis made from maps provided with sufficient technical and scientific rigor promote greater awareness of the uses of land and space circuits that characterize it. The planners, serving up such knowledge, may produce further regionalization as instruments for implementation of government policies, because the offer maps to guide political action from the organization of space you want. From these premises, we analyzed the series of maps of the Territory Characterization elaborated for SEADE Foundation, an institution of state government of Sao Paulo. The analysis based on theories of geography and cartography sought to recognize the concept of territory that guided SEADE cartographic production, and reflection of the possibilities of using this mapping by the planners. The consistency between theory and practice allows hypothesising about the effectiveness of territorial planning of government policies, and other instruments that the Government of São Paulo has to guide policies to minimize the space inequalities of São Paulo. Currently such consistency is highly questionable because of a delay cartography produced and made available by Government agencies, absence of a scientific concept of territory and the vision of planning as just a technical tool, not as a political practice.

Keywords: Territorial Planning, Social inequalities, Regionalization and Region, Cartographies of Inequality Paulista Territory, Places and Government regions in Sao Paulo.

* Doutorando em Geografia Humana pela FFLCH/USP. E-mail, zomighj@gmail.com

Introdução

São Paulo, o mais rico estado brasileiro, possui profundas desigualdades socioespaciais. Formado por 645 municípios e com uma população superior a 40 milhões de habitantes, seu território se constitui em espaço de enorme complexidade, apresentando grandes desafios tanto para o conhecimento científico, quanto para seu planejamento.

A proposta deste texto é analisar a atualidade da cartografia disponível para conhecimento do território paulista, e do modo como pode ser utilizada para o planejamento territorial. Nesta análise o planejamento foi considerado não apenas como uma técnica (confundido com o urbanismo das faculdades de arquitetura), mas como processo político que interfere na organização do espaço geográfico, ou seja, nas características da formação territorial e nas condições de vida nos lugares.

Nos vários níveis de governo (municípios, estado e federação) predomina o planejamento de tipo setorial (saúde, transporte, educação, obras...), sendo esses setores, na maioria das vezes, organizados sem a consideração da totalidade dos arranjos espaciais, e sem conhecimento dos usos do território para maior direcionamento da ação política. Prática que pode levar a inúmeros desperdícios de recursos, resultando em aumento das desigualdades socioespaciais, já que a ação mal planejada, ou com informação insuficiente, pode facilmente induzir ao erro.

A prática política do planejamento deve considerar vários processos que interferem nas dinâmicas socioespaciais: migrações, produção agrícola e industrial, fluxo de investimentos, organização dos sistemas de transportes e a urbanização acelerada que chega, inclusive, ao campo (SOUZA, 1995, p. 65), além de vetores internacionais que modificam o território brasileiro. Esta concepção do planejamento como uma prática política tem sido defendida há algumas décadas por diversos pensadores como, por exemplo, a geógrafa Maria Adélia de Souza¹, e se constitui em alternativa à visão do planejamento como tecnicismo setorial.

A Geografia, uma das disciplinas que pode contribuir para o processo de planejamento territorial, possui instrumentos teóricos e técnicos capazes de monitorar as dinâmicas espaciais. A cartografia, um desses instrumentos, torna possível o conhecimento da totalidade (o próprio mundo) em processo de totalização (o mundo realizando-se nos lugares) (SARTRE, 2002, p. 36), possibilitando uma visão empírica desse processo, podendo melhor orientar as ações humanas.

O uso de imagens de satélite e sistemas informatizados para organização da informação, essência dos Sistemas de Informações Geográficas-SIGs, outros instrumentos capazes de orientar as decisões políticas, são ainda pouco utilizados pelos governos e planejadores. São raras as prefeituras, por exemplo, que possuem uma base cartográfica digital atualizada do território municipal, apesar do barateamento e das facilidades cada vez maiores no uso dessas tecnologias.

Diante de um mundo novo, passível de conhecimento total e imediato (SANTOS, 1985) e das novas possibilidades de monitoramento das paisagens terrestres², as análises

¹ Foi no ano de 1973, ou seja, há 38 anos que os trabalhos que resultaram na 1ª Política Nacional de Desenvolvimento Urbano do Brasil foram coordenados pelo arquiteto Jorge Guilherme Francisconi e por Maria Adélia Aparecida de Souza (DEÁK e RAMOS orgs., 1999, p. 113).

² Milton Santos nos apresenta a ideia de cognoscibilidade do Planeta, ou seja, como, através do uso das novas tecnologias da informação e comunicação, e das possibilidades técnicas de monitoramento do Planeta dadas

espaciais apoiadas em cartografia atualizada podem aprimorar o planejamento territorial. No caso do Estado de São Paulo, há instituições específicas para a lida com estatísticas e a produção de mapas, como a Fundação SEADE.

Entretanto, questiona-se como a cartografia produzida pela Fundação SEADE pode servir ao planejamento de modo a torná-lo mais competente para solução dos problemas sociais. A análise dos mapas produzidos por aquela instituição, e a reflexão acerca das possibilidades de escolha que oferecem para orientar a decisão dos planejadores, são outros dos objetivos deste artigo.

Monitoramento do território no estado de São Paulo

O governo do Estado de São Paulo possui diversas instituições que produzem mapas³. Parte-se do pressuposto que a cartografia que produzem tenha boa qualidade (aceitável rigor científico e técnico), podendo melhor orientar as decisões políticas. Essa cartografia teria, dentre várias outras funções, aquela de “amparar as atividades humanas com forte componente espacial” (FONSECA, 2007).

Os mapas, servindo à construção de uma visão de mundo, não constituem saber desinteressado. Como Harley (1995, p. 1) considera-se também que os mapas encontram-se associados a um saber/poder, pois “a ‘interpretação dos mapas’ implica habitualmente o estudo de suas ‘características geográficas’ sem indicar como, enquanto forma manipulada do saber, eles contribuíram para moldar estas características”.

Qual o saber contido nos mapas da Fundação SEADE? A quais poderes eles podem servir? Para responder essas questões analisamos a série de mapas contida no item TERRITÓRIO do site da Fundação SEADE.

Uma análise preliminar revela que no conjunto total dos dados disponibilizados pela Fundação SEADE a cartografia é colocada, na maioria das vezes, em segundo plano. As tabelas e gráficos, instrumentos pouco eficientes para o conhecimento do espaço geográfico e de seus compartimentos (as fronteiras, os limites, as paisagens, as regiões e os lugares), ocupam lugar central na organização dos dados disponibilizados para consulta. Uma consequência da utilização dos dados nesse formato é que eles dificultam, quando não impedem, a percepção das relações topológicas, ou seja, aquelas existentes entre um conjunto de lugares através das conexões, contigüidades, das regiões limítrofes, das distâncias, dentre outras.

O barateamento e a banalização das imagens de satélites, dos hardwares e softwares para cartografia e a possibilidade de montagem de Sistemas de Informação Geográfica-SIGs são algumas das novas possibilidades para lida com a informação de interesse da Política na atualidade. Portanto, cabe uma discussão acerca da qualidade da cartografia disponível na Fundação SEADE, bem como da utilização por esta instituição das novas possibilidades de representação de dados que caracterizam o período técnico-científico e informacional. (SANTOS, 1985).

Uma análise preliminar dos poucos mapas disponíveis revela inúmeros problemas tanto de semiologia gráfica, quanto no tipo de dado disponibilizado, o que pode levar a

pelos Sistemas de Informações Georeferenciadas-SIGs, do uso do GPS (sistema de posicionamento global, em inglês) e das imagens de satélite, produtos de um novo meio geográfico carregado de ciência, técnica e informação torna-se possível um conhecimento empírico da totalidade-mundo.

³ São exemplos de órgãos do governo paulista que produzem cartografias oficiais: A Secretaria Estadual de Economia e Planejamento (SEPLAN); a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA); o Instituto Geográfico Cartográfico (IGC), a Fundação Sistema de Análise de Dados (SEADE), dentre outros.

interpretações distorcidas do território paulista. Deste modo, esta cartografia, ao invés de clarear as análises, torna-se inócua, quando não, inútil.

Diferentemente dos gráficos e tabelas, funcionais para representações estatísticas e temporais, as representações espaciais são exigentes de cartografia especializada e atualizada, além de teorias que possibilitem re-significar os dados interpretando-os à luz dos processos contemporâneos.

Para a análise selecionou-se uma seqüência de oito mapas da cartografia produzida pela Fundação SEADE que se propõem a representar o território do Estado de São Paulo⁴. Procurou-se apreender o conceito de *território* que orientou essa cartografia e quais são suas possibilidades de uso na prática de um planejamento comprometido com a diminuição das desigualdades do território paulista⁵.

Além de desatualizada, avaliou-se que esta cartografia é bastante simplória, e insuficiente para subsidiar intervenções políticas no território do estado de São Paulo. O conceito de região geográfica utilizado na concepção dos mapas também foi analisado. A partir da regionalização como processo racional de delimitação das áreas para ações do governo e execução do planejamento territorial, segue-se uma descrição pormenorizada dos conteúdos e formas dos mapas encontrados⁶.

Cartografias da Fundação SEADE

O primeiro conjunto de mapas analisados compõe o Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, e são mapas apresentados como uma “Caracterização do Território”, produtos de série cartográfica publicada entre 1994 a 2003⁷. Essa cartografia foi analisada a partir de dois aspectos principais. O primeiro, o conceito de região que orientou sua elaboração cartográfica; o segundo, a coerência no uso dessa regionalização como instrumento analítico considerando-se os usos atuais, e outros possíveis (novos usos) do território paulista.

A Entrada TERRITÓRIO, do Anuário Estatístico SEADE, apresenta dois subitens: CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO e MEIO AMBIENTE. Em MEIO AMBIENTE constam os seguintes mapas:

1. Classificação das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
2. Cobertura Vegetal Natural;
3. Unidades de Conservação Administradas pelo Instituto Florestal e pelo IBAMA;
4. Consórcios Intermunicipais ligados aos Recursos Hídricos e aos Resíduos Sólidos;

⁴ A Fundação SEADE foi escolhida por ser um dos principais órgãos de pesquisa, produção de estatísticas e informações voltadas ao conhecimento do território do Estado de São Paulo.

⁵ Além da Fundação SEADE, podem ser encontrados mapas nos seguintes órgãos do Governo do Estado de São Paulo: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMPLASA e Instituto Geográfico Cartográfico – IGC. Entretanto, os mapas da EMPLASA não estão disponíveis gratuitamente para *download*, estando disponíveis apenas para venda, no site da Empresa, o que dificulta o acesso a estudantes e pesquisadores, sem recursos para adquiri-los, por exemplo. Já o IGC disponibiliza apenas cartografia de base, não cartografia temática, objeto de análise deste artigo.

⁶ Para outras experiências da regionalização com vistas ao planejamento territorial, ver o artigo “*Regionalização e planejamento: reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha*” de TONI e KLARMANN publicado na revista Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, Número Especial, p. 517-538, 2002.

⁷ No ano de 2003 a série foi interrompida, pois a Fundação SEADE criou um novo formato para disponibilizar parte daquelas informações, que passou a chamar-se INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS. Essa descontinuidade das séries históricas traz muitas implicações para os estudos e análises. A mudança dos formatos de coleta, arranjo e disponibilização dos dados para os pesquisadores traz prejuízos para as análises comparativas, e dificulta a concepção de metodologias de trabalho.

5. Consórcios Intermunicipais Ligados ao Desenvolvimento Regional e à Conservação de Estradas.

Já no subitem “Caracterização do Território”, constam oito mapas representando, apenas, as áreas de ação de diversas instituições paulistas⁸:

1. Mapa da Divisão Político-Administrativa paulista;
2. Mapa da Divisão Regional da Secretaria Estadual de Segurança Pública;
3. Mapa das Delegacias Regionais Tributárias;
4. Mapa dos Escritórios de Desenvolvimento Rural;
5. Mapa das Diretorias de Ensino;
6. Mapa das Direções Regionais de Saúde;
7. Mapa das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
8. Mapa das Circunscrições Judiciárias e Comarcas do Estado de São Paulo.

A seqüência dos mapas 1 a 8 é pouco reveladora de informações fundamentais para, através do Estado, ser planejada a distribuição de recursos, ou ser feita a determinação de municípios ou regiões prioritárias para a realização de obras de infra-estrutura, por exemplo. Não há informações básicas sobre a condição de vida dos cidadãos nos lugares (escolaridade, renda, serviços de educação e saúde, por exemplo), sendo bastante difícil – através desses mapas - subsidiar o planejamento do território paulista, ou elaborar análises territoriais já consagradas por autores clássicos da Geografia⁹.

Além das ausências de dados importantes, o elenco desses *temas* revela um tratamento exclusivamente setorial das ações de governo, pois o território não é considerado em sua totalidade¹⁰. Para cada recorte da realidade (segurança pública, delegacias regionais, diretorias de ensino, saúde, recursos hídricos e comarcas) há uma regionalização distinta. Ou seja, o mesmo território é tratado de forma fragmentada. Outro fator que compromete a qualidade desses mapas é a ausência de representação de processos significativos no período contemporâneo, como a urbanização acelerada e o aumento dos fluxos (mercadorias, pessoas, informações) constituintes fundamentais do espaço geográfico no período histórico atual¹¹.

Vários autores têm trabalhado para atualizar conceitos como região, território, lugar e fronteiras. Renovados, eles podem orientar a produção de cartografia coerente com a realidade contemporânea, possibilitando que teoria e técnica (o mapa como representação da realidade) estejam a serviço do conhecimento do espaço geográfico em sua complexidade. (SANTOS, 2002).

⁸ É importante destacar que no Anuário Estatístico da Fundação SEADE havia três outras entradas de dados: Demografia, Economia e Sociedade. Em cada um desses subitens, havia também alguma cartografia temática. Entretanto, para este artigo, a análise terá como abordagem, apenas, aquela cartografia que representa o que se denomina por TERRITÓRIO, conceito que encontra parâmetros analíticos e definições na ciência geográfica.

⁹ Um Geógrafo como Jean Labasse na já clássica obra “L’organisation de l’espace” (1966) aponta alguns temas como principais na temática do Planejamento Espacial: - O Domínio Hidráulico; - A Questão Agrícola; - As Redes de Transporte; - A Industrialização e a Urbanização. Ele ainda afirma que o planejamento pode cuidar das questões relativas ao crescimento (demográfico, produtivo) e minimizar as questões regionais.

¹⁰ O conceito de território que foi utilizado é aquele proposto por Milton Santos (2002) como *um indissociável conjunto de sistemas de objetos e de ações que, em seu movimento dialético, constituem o quadro único no qual a história se faz.*

¹¹ “Todavia, o problema central é que a atual arquitetura política do país não tem no território usado seu ator principal e trabalha com uma ideia de território que é apenas um conjunto de formas vazias (limites, fronteiras) e não de formas-conteúdo (o que existe e o que não existe em cada lugar, o funcionamento e as reais necessidades). Esse atraso das forças políticas formais indica, como resultado, um sistema político fundado em realidades ultrapassadas, isto é, um território que já não mais existe” (SILVEIRA, M. L. 2003, p. 103)

Há nos mapas SEADE ausência dos sistemas de relações entre objetos e instituições, dos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação dos quais participam, das forças que atuam na conformação de fronteiras internas às unidades federativas. As conexões geográficas entre lugares distantes, que rompem com o tradicional esquema da rede e hierarquia urbana, são alguns dos novos paradigmas do espaço geográfico, e devem ser considerados na elaboração cartográfica (SOUZA, 1991). Mapas elaborados a partir das novas teorias e conceitos podem ir além da representação de formas geométricas puras, possibilitando maior conhecimento da realidade para orientar a ação dos planejadores.

O planejamento territorial, para ser mais eficaz, deve considerar a organização do espaço geográfico a partir da relação sistêmica entre seus elementos - homens, firmas, instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas (SANTOS, 1985, p. 6). Uma cartografia desses elementos pode servir para a formulação de políticas voltadas a minimizar as desigualdades na distribuição territorial dos recursos, e na valorização dos potenciais produtivos do estado de São Paulo. Os desequilíbrios nas políticas de distribuição dos recursos estatais e a formação territorial das enormes disparidades entre lugares e municípios caracterizam a Geografia das Desigualdades no território paulista (SOUZA, 1994).

Ignorar a totalidade do território paulista, ou representá-lo de modo insuficiente, corrobora a visão de Brunet (1990, p. 14) de que “os saberes sobre o Espaço estão intensa e inegavelmente fragmentados, e são rudimentares”. Isto é muito mais verdadeiro nas cartografias oficiais disponibilizadas pelo Governo do Estado para conhecimento do próprio território sob seu poder, como veremos a seguir.

O território paulista nos mapas SEADE

Na análise da cartografia dos mapas SEADE considerou-se a fundamentação teórica, os tipos de mapas feitos e a semiologia gráfica utilizada. A seguir, apresentaremos alguns dos resultados desta análise.

O conceito de TERRITÓRIO presente na cartografia SEADE é bastante limitado por considerar, apenas, uma geometrização do território paulista a partir do agrupamento de municípios sob ação de instituições de Governo. Os limites desses agrupamentos não consideraram as demandas territoriais que devem ser atendidas, e não coincidem com a realidade dos lugares.

A variável cartográfica COR do mapa 1 é utilizada para diferenciação das Regiões Administrativas e Metropolitanas, formadas por agrupamentos de municípios. Não há clareza dos critérios estabelecidos para esta regionalização: quais elementos do espaço são seus estruturantes, fundamentando as diferenciações e limites regionais?

A regionalização do Mapa 2 - Divisões Regionais da Secretaria de Estado de Segurança Pública, também possui problemas. Como a Secretaria de Segurança Pública é responsável pela organização e distribuição territorial do trabalho das Polícias Civil e Militar no Estado de São Paulo, a representação regional da ação policial deve partir da distribuição espacial dos crimes, do sistema viário, da população por classe de renda, da estrutura do sistema de justiça criminal (delegacias, fóruns, prisões), dos efetivos policiais, dentre outros dados. Como eles são inexistentes na cartografia oficial disponível, apenas este mapa torna-se insuficiente para o planejamento da ação territorial das forças de segurança pública no Estado de São Paulo.

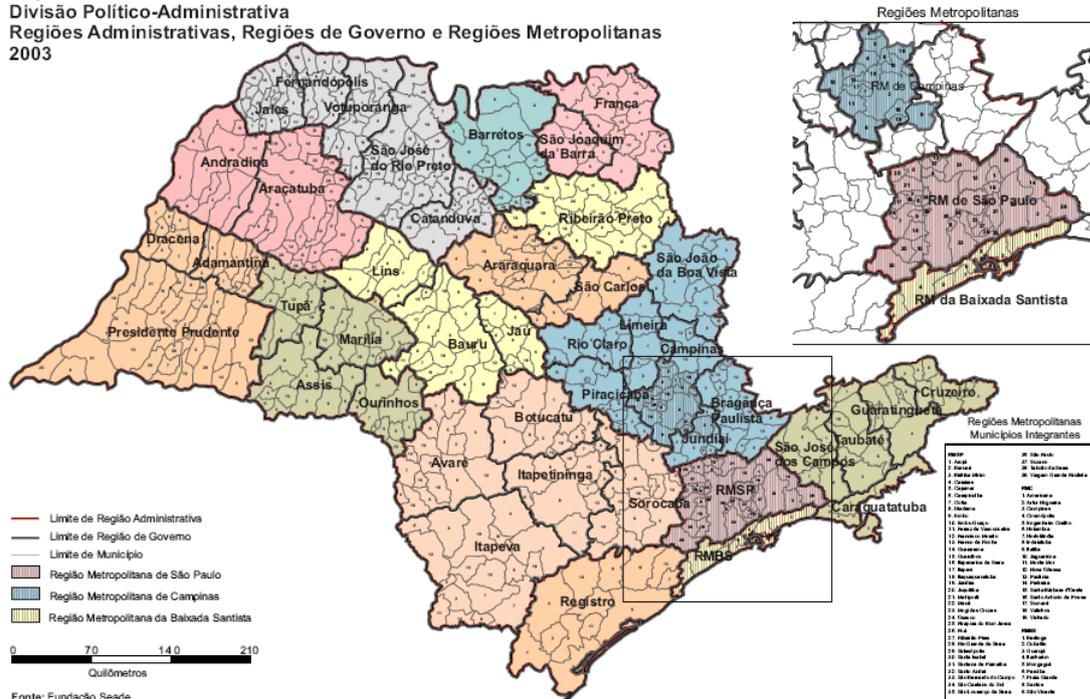
Já o mapa 3 apresenta a organização das *Delegacias Regionais Tributárias*. Entretanto, quais seriam os critérios dessa regionalização? A consideração dos sistemas produtivos no campo e na cidade, a localização das indústrias, dos bancos, dos fluxos

financeiros? Esses outros elementos permitiriam avançar na análise da coerência dessa regionalização com a realidade dos lugares em São Paulo.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: DIVISÃO, POSIÇÃO E EXTENSÃO

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003

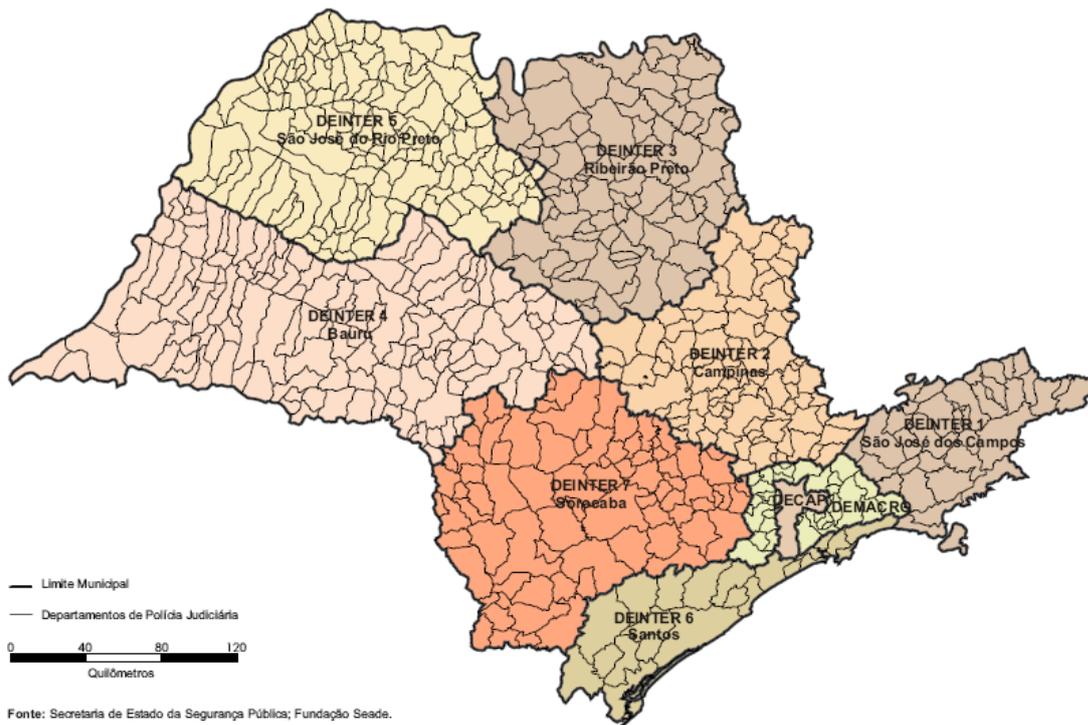
Mapa 1
Divisão Político-Administrativa
Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Regiões Metropolitanas
2003



CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: DIVISÃO, POSIÇÃO E EXTENSÃO

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003

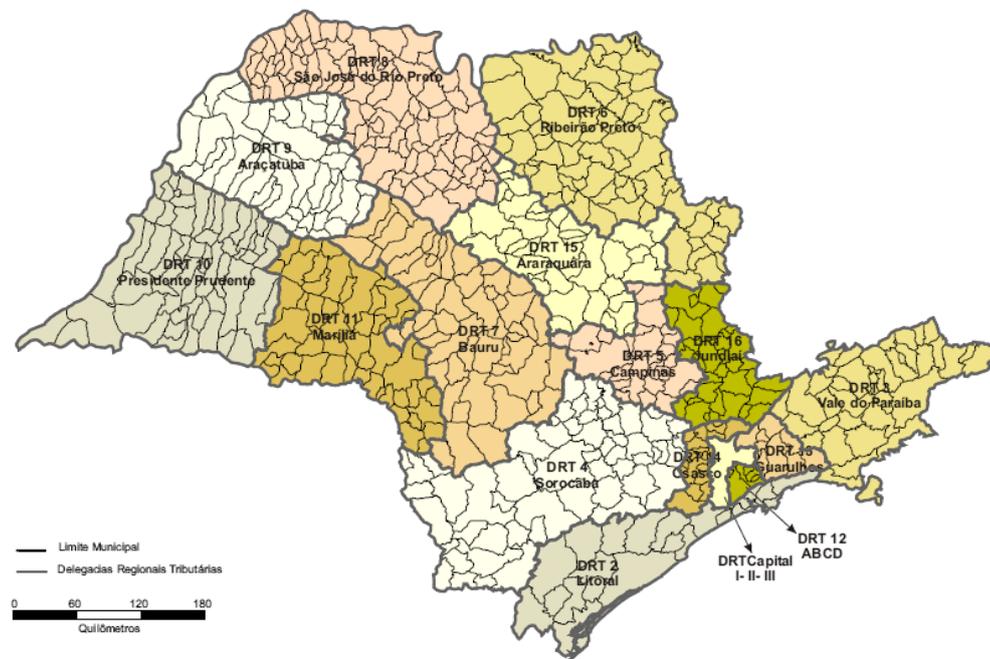
Mapa 2
Divisão Regional da Secretaria de Estado da Segurança Pública
2003



CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: DIVISÃO, POSIÇÃO E EXTENSÃO

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003

Mapa 3
Delegacias Regionais Tributárias
2003

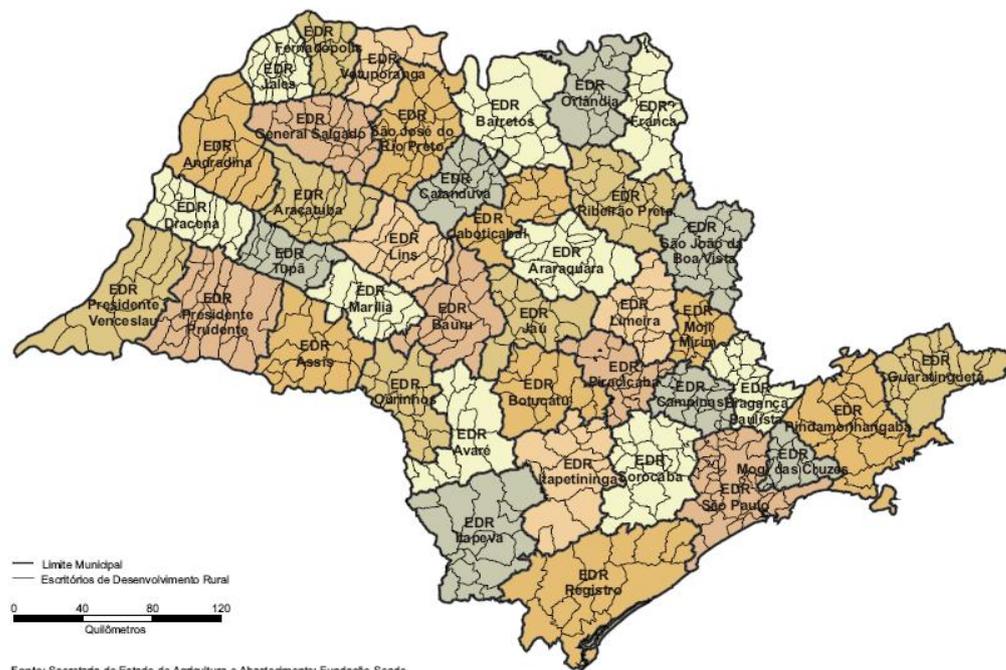


Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda; Fundação Seade.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: DIVISÃO, POSIÇÃO E EXTENSÃO

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003

Mapa 4
Escritórios de Desenvolvimento Rural
2003

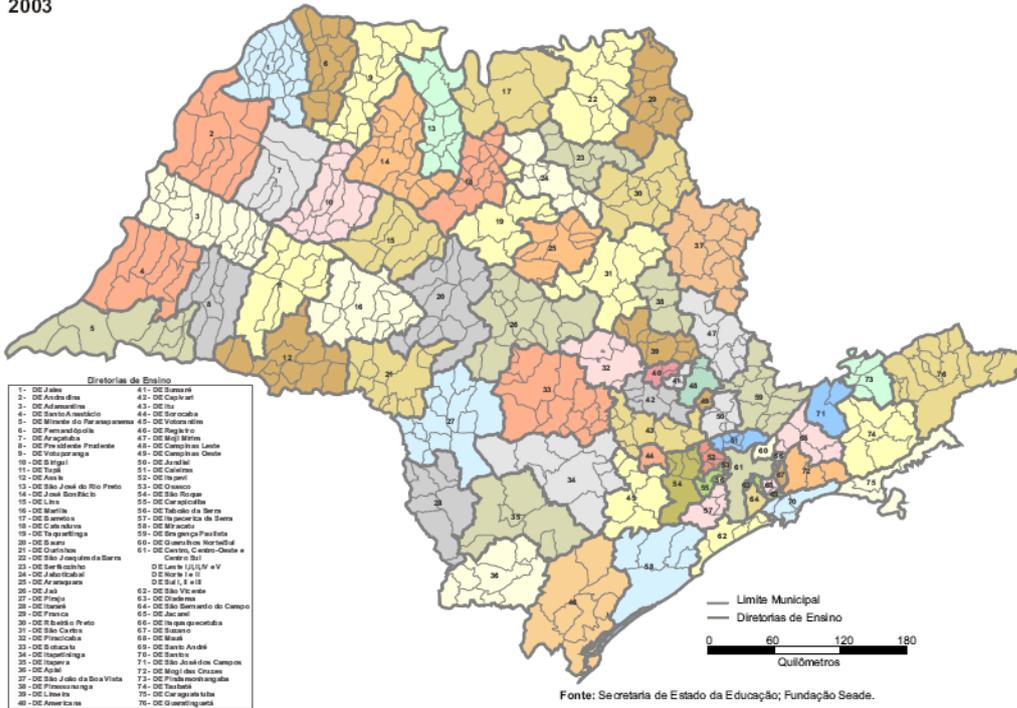


Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento; Fundação Seade.

CARACTERIZAÇÃO DO TERITÓRIO: DIVISÃO, POSIÇÃO E EXTENSÃO

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003

Mapa 5
Diretorias de Ensino
2003



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde; Fundação Seade.

O confronto dialético entre o mapa e realidade deve ser feito, para que o mapa esteja sempre atualizado, considerando-se o desenvolvimento histórico das sociedades, e as mudanças que ocorrem na configuração espacial.

Os mapas 4 e 5 - *localização dos Escritórios de Desenvolvimento Rural e Diretorias de Ensino em São Paulo*, respectivamente, são também exemplares da insuficiência de informação para orientar decisões políticas. Dados ausentes na cartografia SEADE como os zoneamentos agrícolas, a distribuição espacial da produção agropecuária e o tamanho das propriedades agrícolas, fundamentais para balizar o funcionamento dos Escritórios de Desenvolvimento Rural, e o número de alunos por escolaridade no conjunto total da população, por município, no caso das Diretorias de Ensino, são fundamentais para a ação dessas instituições.

No caso da semiologia gráfica, a variável visual COR dos mapas 4 e 5 teve um uso incorreto. De modo geral, a semiologia orienta que cores distintas devem ser utilizadas, somente, para representar elementos diferentes. No caso, não há outros valores relacionados às cores utilizadas além de um conjunto de municípios, o que não nos permite conhecer quais as diferenças entre os municípios agrupados, e os critérios utilizados nessa distribuição espacial. Os mesmos problemas – envolvendo regionalização e semiologia gráfica inadequadas - podem ser encontrados nos mapas 6, 7 e 8.

O mapa 6 representa *as direções regionais de Saúde*. Percebe-se que há apenas uma representação geométrica do território praticado pelas instituições de Saúde. As infra-estruturas (saneamento básico, condições atmosféricas etc) e as áreas de ocorrência das doenças, fundamentais para a organização territorial dos sistemas de saúde, não foram mapeados.

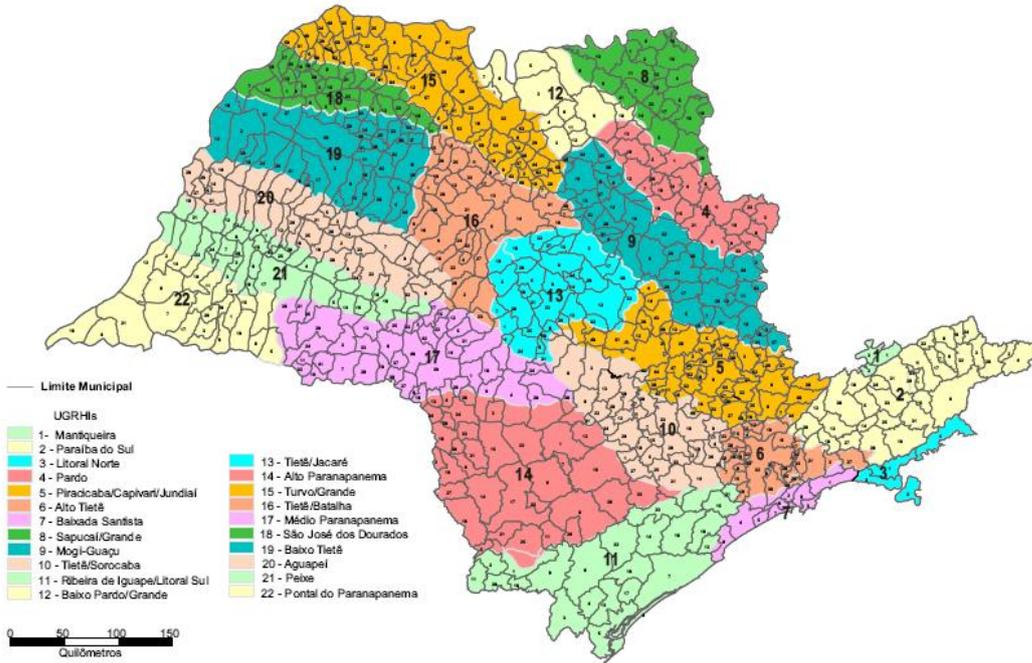
A distribuição territorial dos equipamentos e o conhecimento das unidades de saúde por tipo (pública, privada) e por nível de especialização (da unidade básica ao hospital de alta complexidade) pode orientar a montagem de um sistema de informações cartográficas coerentes com a realidade dos lugares, possibilitando uma melhor organização dos serviços de saúde a partir do conhecimento das relações entre as demandas e as estruturas existentes.

A disponibilidade dessas informações constitui-se em etapa fundamental para o cumprimento de dois dos princípios do SUS – a *Universalização* e a *Descentralização*, para o atendimento da totalidade dos cidadãos onde vivem. No subitem deste artigo intitulado *Cartografias da Desigualdade no Estado de São Paulo*, especificamente na análise dos mapas 10 e 11, será retomada e aprofundada esta questão acerca da organização espacial do SUS com fundamento no território usado pelas questões de saúde, e nas possibilidades de cumprimento de alguns dos princípios que orientam a melhoria dos sistemas de saúde no Brasil.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: DIVISÃO, POSIÇÃO E EXTENSÃO

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003

Mapa 7
Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos
2003

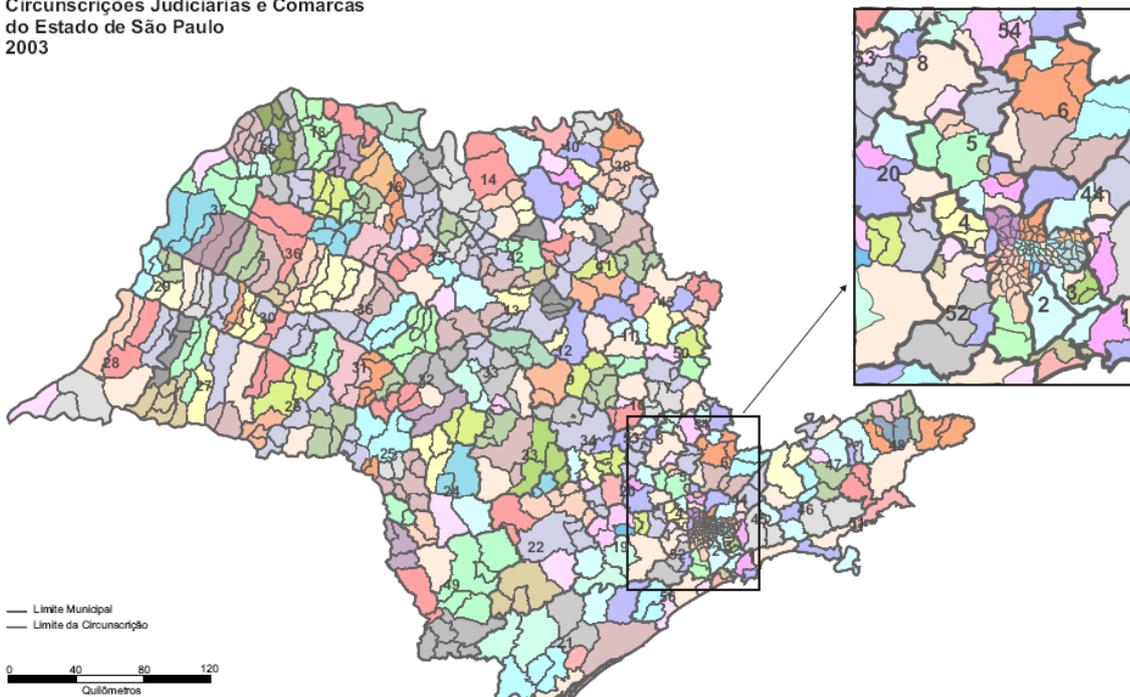


Fonte: Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Fundação Seade.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: DIVISÃO, POSIÇÃO E EXTENSÃO

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003

Mapa 8
Circunscrições Judiciárias e Comarcas
do Estado de São Paulo
2003



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo/Corregedoria Geral de Justiça; Fundação Seade.
Nota: Número de ordem das circunscrições correspondente à numeração da Tabela 4.
As cores mostram os municípios que compõem cada comarca.

A região no período técnico-científico-informacional

O conceito de REGIÃO como região homogênea, que orienta a maior parte da cartografia elaborada pela Fundação SEADE, carece de atualização teórica. Quando surgido nos primeiros estudos geográficos (ainda no século XIX), havia no mundo regiões como quadros únicos da superfície terrestre. Entretanto, as mudanças havidas nos novos períodos históricos provocaram mudanças no conteúdo e significado da região, que necessitam ser incorporados nas análises espaciais.

A consideração de unidades terrestres como regiões homogêneas não se aplica mais em tempos de globalização, pois as paisagens reveladoras da totalidade dos sistemas de relações configuram, no mundo de hoje, lugares com enorme complexidade e diversidade. A localização seletiva da técnica, do capital e do trabalho - característica do período contemporâneo - aprofunda as desigualdades entre os lugares, que se tornam cada vez mais complexos (SANTOS, 1985: 65)¹². Este é outro fundamento da Geografia das Desigualdades (SOUZA, 1994, *op cit*).

As cartografias SEADE representam apenas traçados e delimitação de áreas, mas não os sistemas de relações que servem para conhecimento das regiões geográficas na atualidade. Pode-se destacar que só servem às análises territoriais as cartografias que exprimem esses sistemas de relações complexas, como afirma Pierre George (1972: 14)¹³.

O conceito de região envolve características complexas, podendo o próprio país, na atualidade, ser considerado como uma região como nos afirma Milton Santos (1985: 65-66):

Nos países desenvolvidos, as regiões geográficas eram, sobretudo, regiões históricas, criadas antes da revolução dos transportes, onde o peso do passado, influenciando tanto na configuração do espaço, quanto na vida econômica e cultural, assegurava a manutenção de um grande número de relações “internas”, mais facilmente identificáveis, mais empiricamente comprováveis e, sobretudo, mais presentes na interpretação dos estudiosos, pondo, desse modo, na sombra, as relações “externas”, das quais as relações “internas” dependiam em última análise. A falta, porém, de reconhecimento dessas relações mais amplas assegurava a permanência de uma noção que, desde a segunda revolução industrial e a implantação do imperialismo, já não mais correspondia à realidade.

[...] Nos países subdesenvolvidos, a internalização da divisão internacional do trabalho acelera a divisão interna do trabalho, a criação de valores de troca, a especialização mercantil dos subespaços, ao mesmo tempo em que o processo de centralização (econômico e geográfico) se reduz a áreas limitadas, de tal forma que o resto do país, graças também às novas condições dos transportes e comunicações, deve manter relações obrigatórias e assimétricas com o “centro” assim reforçado ou criado. Do ponto de vista dos fluxos de mercadorias, o país inteiro se torna “a região” do seu “centro”

¹² “Argumenta-se, hoje, e com grande insistência, que a antiga noção de região não pode resistir às configurações atuais da economia, governada, nos diversos países, por uma internacionalização do capital que abarca novas formas. Houve um momento em que a região era considerada como categoria *par excellence* do estudo espacial. Na verdade, esse enfoque deixava de considerar o papel do Estado e a existência das classes sociais” Santos, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985, pág. 65.

¹³ “Não será ocioso acrescentar que, embora constituam instrumentos de grande utilidade para o geógrafo, os mapas resultantes da mera projeção no espaço de uma única série de dados (sociológicos, econômicos, geológicos) não são mapas geográficos. Só possuem caráter geográfico os que exprimem relações, o que supõe o conhecimento do espaço a partir de diversos setores de análise” (GEORGE, Pierre: 1972, p.14)

Em relação aos estudos para identificação e traçado das regiões no Brasil, tem-se aquelas regionalizações já elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Alguns exemplos: a regionalização por ZONAS FISIAGRÁFICAS (1945); A definição das MESOREGIÕES e MICROREGIÕES HOMOGÊNEAS (1968); A identificação das MESOREGIÕES E MICROREGIÕES GEOGRÁFICAS (1989); A regionalização por BACIAS HIDROGRÁFICAS; a Regionalização por BIOMAS (2004) e a regionalização por ZONAS DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES (1966, 1978, 1993 e 2007). Percebe-se a evolução histórica e cronológica na determinação dos conteúdos das áreas que passaram a compor as novas regiões brasileiras, devido às mudanças territoriais, e as formas de se conhecer e se praticar o território em sua evolução histórica.

Também se percebe um problema freqüente na cartografia oficial, que é a ausência da representação dos processos sociais, da sociedade em movimento e transformação, pois a ênfase nos mapas, quase sempre, se dá para as localizações dos objetos geográficos ou para a localização de biomas ou sistemas naturais.

O trabalho com periodizações, com séries de dados históricos, e a elaboração de mapas a partir de um conceito mais atualizado de região na atualidade pode atender outras demandas do planejamento territorial. A dinamização econômica pela ação de políticas territoriais, aproveitando-se das particularidades regionais para viabilizar a produção agrícola ou a organização de serviços de comunicação são outros exemplos.

Práxis da economia política da regionalização

O uso da regionalização como instrumento do Estado é bastante frequente na Economia Espacial. Uma Economia Política da Regionalização exige a tomada de decisões para direcionar fluxos de investimentos, a partir do reconhecimento de quais subespaços podem servir com maior eficácia a certas práticas econômicas, em decorrência das características que tornam certos lugares mais favoráveis do que outros para determinadas atividades econômicas. Desse modo, o Estado pode promover especializações funcionais em determinados lugares. Esse instrumento de planejamento econômico pode ser utilizado em diversas escalas, do município ao território nacional, passando pelas unidades federativas.

A produção de vinhos e a organização da mídia, em particular dos canais de TV, no território de um país, são bons exemplos dessa necessidade de reconhecimento de subespaços específicos para organização e estímulo de determinadas atividades econômicas.

No caso da produção vitivinícola, Tonietto (2001, p.6) nos revela que:

A importância da regionalização está em direcionar o esforço para explorar o melhor potencial das regiões. A atualização das regulamentações, nos diferentes países, ocorrida nos últimos anos, orienta para a importância da implementação de sistemas de indicações geográficas para vinhos.

Outro exemplo é aquele das Emissoras de Televisão, que também possuem afiliadas regionais, que tanto retransmitem o sinal das grandes empresas, quanto produzem programas com particularidades regionais. As retransmissoras regionais têm ganhado importância no estabelecimento das políticas das grandes empresas, como nos demonstra Cabral (2006, p. 5)

O grande trunfo das emissoras regionais, de acordo com as pesquisas da revista Meio e Mensagem, foi o investimento comercial dos anunciantes nas regiões: “Os mercados regionais passaram a ter peso importante na estratégia das empresas”. Além disso, os “grupos regionais estão investindo em sinais

via satélite para melhorar a qualidade da transmissão. A regionalização também desenvolve oportunidades de negócio muito interessantes” (Nº 830, 1998, p.52).

Uma cartografia competente pode amparar políticas de regionalização e descentralização, a partir do conhecimento das potencialidades locais e regionais, de modo a minimizar as desigualdades entre os lugares¹⁴. Através do conhecimento dos usos atuais do território, novos usos podem ser estimulados pela localização de novas obras, pelo aporte de investimentos, pela construção de estradas e portos dentre outras mudanças na configuração territorial local, estadual ou nacional. A regionalização encontra-se, neste sentido, apoiada em uma visão sistêmica. A própria região é vista como um sistema de relações, como nos esclarece Gonzales (1995, p. 185)¹⁵.

Há ainda as regiões constituídas historicamente, e que têm sido modificadas pelas dinâmicas atuais do mundo globalizado. Podemos encontrar essa refuncionalização na realidade espanhola, como revela Martinez (2002, p. 157)

Desde la perspectiva global que aquí nos interesa, lo que debe resaltarse es que la creciente capacidad de gasto disponible por los entes autonómicos, en cierta medida, se há empleado en el propio proceso de construir y estructurar los propios espacios regionales creados. Téngase presente que la mayoría de ellos se encontraban totalmente desarticulados e invertebrados, como consecuencia de dos siglos en los que las unidades supraprovinciales, las cuales para denominarlas, se utiliza el nombre de «regiones» apenas contaban. Cuando lo hacían, eran tan plurales y variadas, como sus funciones específicas a cumplir.

Uma regionalização para fins de planejamento do território deverá, portanto, considerar as modificações advindas dessas conexões regiões-lugares-mundo. E das particularidades históricas que configuram subespaços de relações concretas no território do país. A diversidade ecológica e histórica caracterizando regiões como produtos da diferenciação da ocupação de um povo nos usos do seu território, tem sido vista, inclusive, como uma grande vantagem competitiva no mundo contemporâneo no planejamento do território de países como a França¹⁶.

O uso político do conceito de região no Brasil possui vários exemplos. A determinação dos atuais limites da *região Nordeste* foi escolha recente, feita pelo IBGE em princípios do século XX, no processo de planejamento promovido pelo Governo Central. O mesmo ocorreu com atual posição *geográfica* do Estado de Tocantins, localizado atualmente na Região Norte do país¹⁷.

¹⁴ Ver SANTOS, Milton. *Da Política dos Estados à Política das Empresas*. Palestra proferida em 14 de outubro de 1997, na Escola do Legislativo, dentro do curso de Formação Política. Cadernos da Escola do Legislativo. ALMG, Número 6, julho-dezembro de 1997.

¹⁵ “La región va a ser definida como un conjunto que se caracteriza por un sistema de relaciones entre sus componentes, y que se realizan sobre el territorio. Se inicia, pues, un análisis de sistemas espaciales y su articulación en unidades más amplias” (GONZALES, *Op. Cit.*, p. 185).

¹⁶ «Enfin la France a su préserver et valoriser son cadre de vie et sa diversité culturelle. Parmi les grandes nations industrialisées, où concentration urbaine et uniformisation des modes de vie sont souvent la règle, la France dispose aujourd’hui d’avantages compétitifs remarquables : diversité des identités et des traditions régionales et locales, richesse écologique et paysagère sans équivalent en Europe, abondance de l’espace.» (CARL, 2001, p. 13).

¹⁷ Território desmembrado de Goiás, que se encontra no Centro Oeste brasileiro, Tocantins pertence atualmente à Região Norte do País, por decisão política que envolveu direcionar para o Estado recém criado recursos da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

Um exemplo internacional do uso político da regionalização pelo Estado é o canadense, mais especificamente da regionalização que resultou na criação de limites para a província de Quebec que envolve questões ideológicas e políticas bastante sérias. Buscando-se tratar de questões como o separatismo, e implementação de um plano da educação formal para lida com a diversidade social, houve a materialização no imaginário popular da região de Quebec como uma unidade particular dentro de um todo maior, constituído pelo próprio território canadense¹⁸.

Cartografias da desigualdade no Estado de São Paulo

Para que as cartografias disponíveis na Fundação SEADE sirvam como instrumentos do planejamento e orientem a tomada de decisões nas ações de governo, faz-se importante que considerem outras variáveis além das regiões administrativas. Se no planejamento se pretende minimizar as desigualdades, diminuindo-se os desequilíbrios territoriais, é fundamental incorporar a *história*, a *economia* e a *política* nas análises da formação socioespacial. Uma cartografia voltada à ação política deve considerar essas instâncias da vida social.

A seguir, serão apresentadas análises territoriais representativas dos circuitos espaciais que se configuram no território paulista, considerando-se as instâncias sociais, e que podem ser utilizados para maior conhecimento e planejamento do território pelo Estado.

De modo a expressar alguns dos circuitos espaciais existentes no Estado de São Paulo (ZOMIGHANI JR., 2009), foram utilizadas sete variáveis: RENDIMENTOS e FURTOS; MORTALIDADE INFANTIL; AGÊNCIAS BANCÁRIAS; INTERNAÇÕES EM HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS; INDÚSTRIAS e LIMITES DAS REGIÕES METROPOLITANAS.

A seguir, seguem as principais observações da representação espacial dos dados escolhidos, e do modo como podem servir às políticas de distribuição de recursos e serviços em São Paulo, podendo apoiar as decisões políticas nesse sentido.

Como esquema analítico geral, pode-se destacar as contigüidades, concentrações e densidades e as relações de proximidade e distanciamento nos municípios representados. Na análise, foram utilizadas escalas que envolvem a totalidade do território paulista, e o território dos municípios, duas das três possibilidades de consideração do território como unidade de planejamento (a terceira seria considerar o próprio território nacional).

No Mapa 9 temos a média de Rendimentos e total de Furtos por Município entre 1997 e 2006. A intensidade das cores (claras e escuras) revela a formação de circuitos territoriais específicos, destacando-se os municípios com maiores rendimentos e criminalidade mais elevada. O conhecimento desses circuitos pode orientar uma organização territorial da Polícia, no funcionamento da Secretaria de Segurança Pública no Estado de São Paulo.

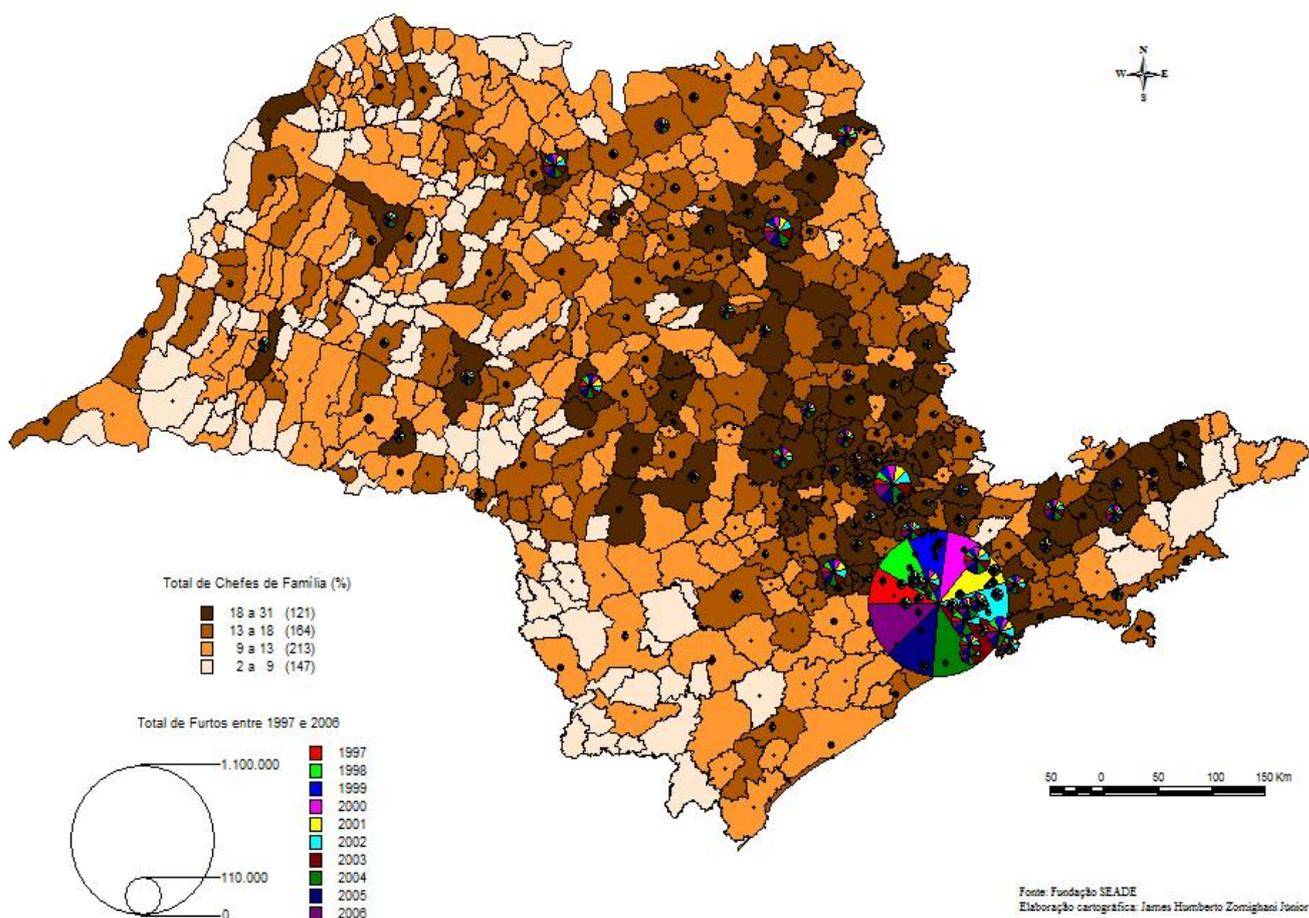
¹⁸ As regiões do Quebec ocuparam, durante muitos anos, um lugar certo no imaginário dessa região. A origem de seu reconhecimento – ou de sua construção – não é muito conhecida hoje em dia e podemos questionar quais foram as etapas sucessivas e os princípios do recorte das regiões do território do Quebec. O caso particular da região de Outaouais não foge a este questionamento. Se depois de Arthur Buies (1889) e Raoul Blanchard (1949) conhecemos melhor a marcha do povoamento ao norte de Outaouais, não conhecemos tão bem as etapas de inserção desta região na consciência popular. Morissonneau (1978), examinando as diferentes concepções do norte que são expressas pelo discurso colonizador franco-canadense, no entanto conseguiu apontar alguns aspectos. Como a ideia de uma região Outaouais foi constituída através da história? Quais recortes territoriais nos conduzem a certa unidade espacial que correspondem hoje em dia a ideia que temos de Outaouais? Nos princípios de reconstituição das principais etapas de sua formação, observamos sobre a imagem que nos fornece o Manual de Geografia do Quebec publicado em 1804, data de publicação do primeiro manual, e 1957, ano que se encontra dentre aqueles nos quais os geógrafos profissionais se dedicaram ativamente à preparação de materiais escolares. (BROSSEAU, 1989, P. 180)

A criminalidade, como fenômeno social complexo, deve ser considerada em sua dimensão espacial, pois há lugares que favorecem, e outros que dificultam sua ocorrência. Daí a análise feita por Zomighani Jr. (2009, p. 139) ao considerar o TERRITÓRIO ATIVO e os CIRCUITOS ESPACIAIS DA CRIMINALIDADE, acerca dos elementos do espaço que configuram espaços de maior criminalidade no território do estado de São Paulo.

Há concentração de crimes nos municípios onde há maior desigualdade de renda e a concentração de infra-estruturas dos sistemas de circulação e fluidez (sistema rodoviário, por exemplo) e não, apenas, onde a pobreza é maior. As maiores desigualdades e criminalidade formam um eixo, bastante concentrado, que coincide com os municípios localizados ao longo da Rodovia Anhanguera.

Mapa 9

O ESTADO DE SÃO PAULO - Responsáveis pelos Domicílios com Rendimentos entre 05 e 10 Salários Mínimos (2000) e Total de Furtos por Município entre 1997 a 2006.



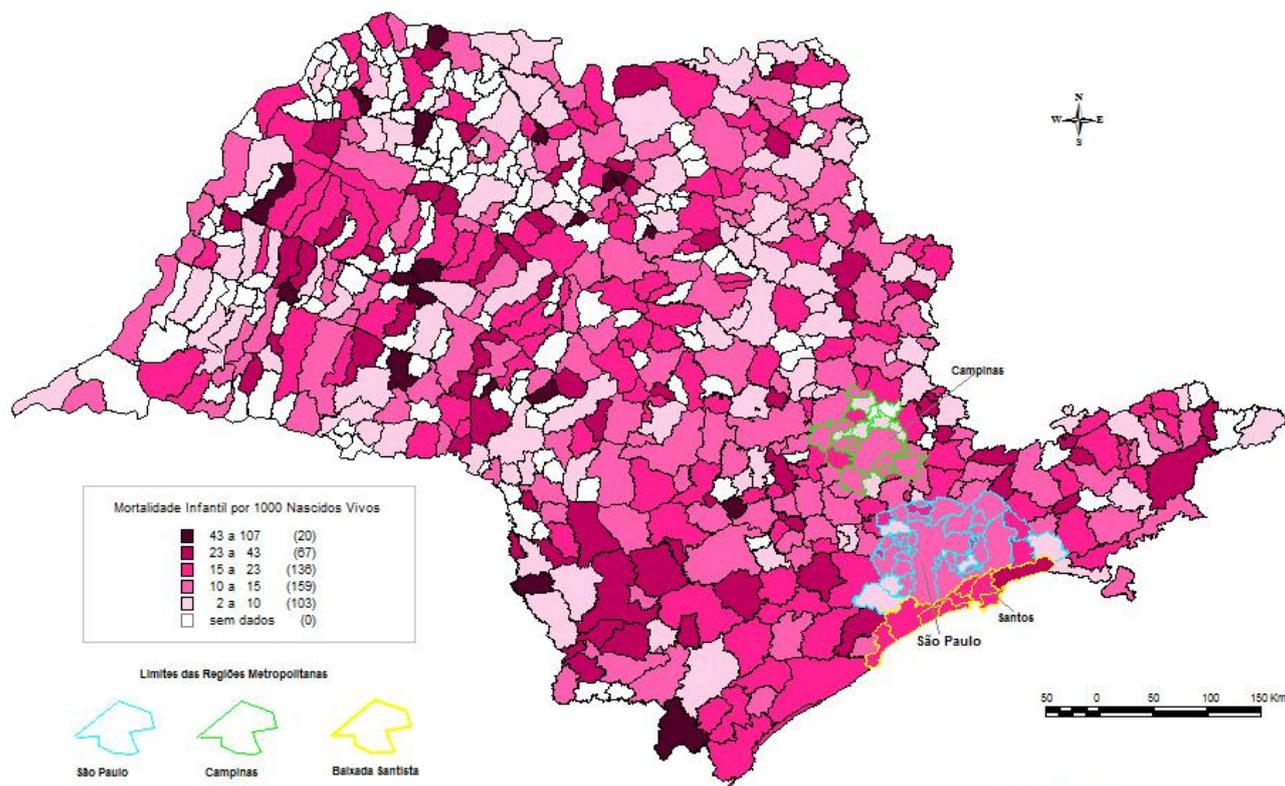
Os mapas 10 e 11 são reveladores das ações necessárias para a garantia de princípios já constantes em Leis que orientam a organização dos serviços de Saúde. A *universalidade, regionalização e hierarquização da rede, das ações e dos serviços de saúde* não são cumpridos no Estado de São Paulo como revela esta cartografia produzida¹⁹.

¹⁹ A universalização, regionalização e hierarquização com regionalização são alguns dos Princípios e Diretrizes do SUS constantes no Capítulo II, Art. 7º da Lei Federal 8.080 de 19 de setembro de 1990

A análise territorial revela a predominância dos serviços de saúde privados que deveriam funcionar, somente, como complementos dos serviços públicos. Esta predominância do privado sobre o público pode trazer inúmeras implicações, pois se a saúde é tratada como mercadoria, dificulta-se o acesso dos cidadãos que não dispõem de suficientes recursos para comprá-la.

Mapa 10

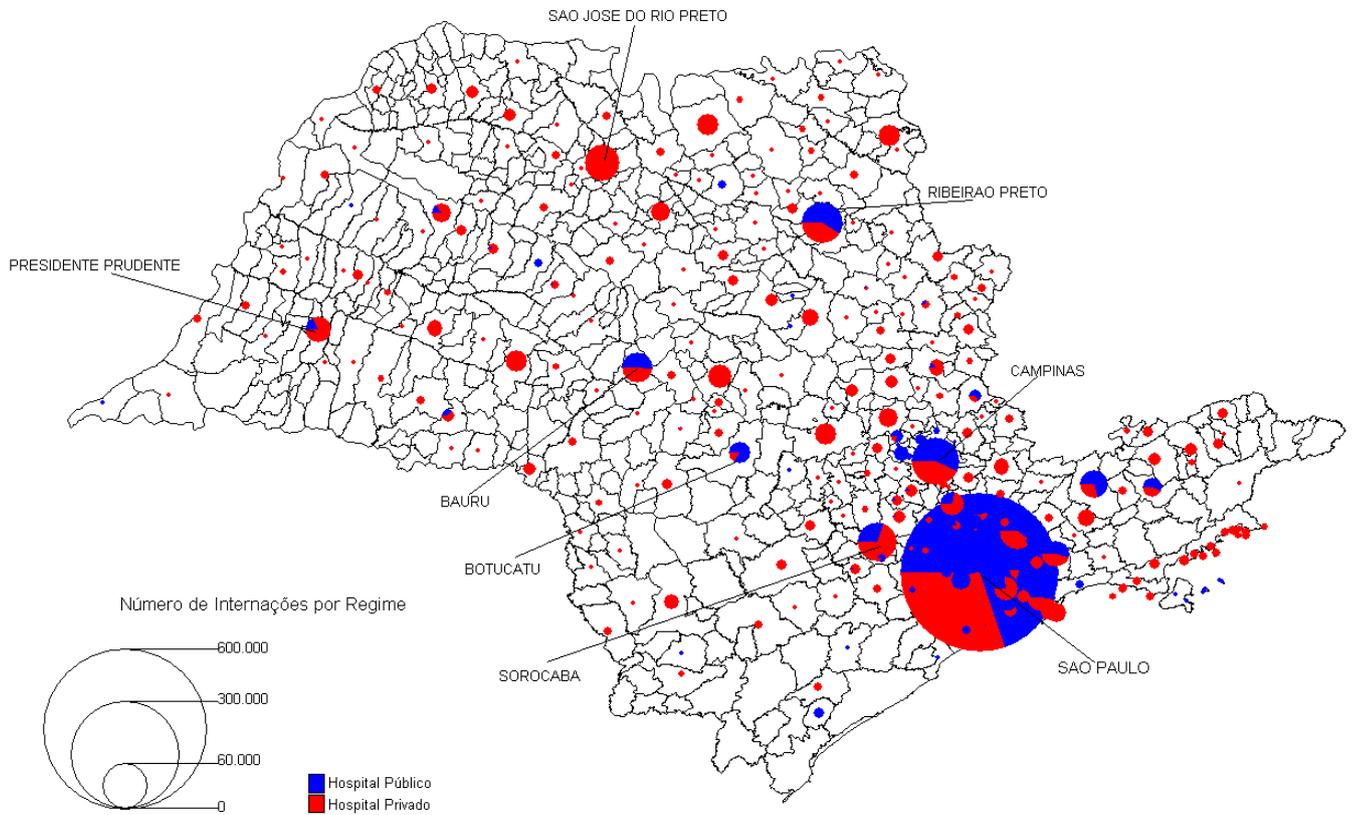
O ESTADO DE SÃO PAULO - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) por Município no Ano 2000.



Fonte: Fundação SEADE
Elaboração cartográfica: James Humberto Zomignani Junior

Mapa 11

ESTADO DE SÃO PAULO - Internações por Regime (Público e Privado), por Município. 2006.



Fonte: DATASUS
Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Júnior

Os municípios do interior, com exceção daqueles com maior população como Campinas, Sorocaba, Bauru e Ribeirão Preto, não possuem hospitais públicos. O atendimento da população pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nesses lugares ocorre em hospitais particulares conveniados ao SUS, o que pode encarecer sobremaneira a gestão territorial da saúde – por conta da extensão da rede hospitalar pública ser bastante limitada²⁰.

O mapa 10 revela que nas áreas onde prevalecem as unidades de saúde privadas, são maiores as taxas de mortalidade infantil. Do mesmo modo, as especialidades mais complexas só são encontradas nos municípios e regiões mais ricas do Estado, dificultando-se o cumprimento de outro dos princípios do SUS – a Equidade. A transferência de recursos e a instalação de infra-estruturas nessas regiões mais pobres podem servir para diminuir as desigualdades regionais do estado de São Paulo.

Percebe-se também que a mortalidade infantil não respeita os limites das Regiões Metropolitanas Paulistas (mapa 9), pois esses limites político-administrativos, estabelecidos por lei, não correspondem às contigüidades, conexões e limites territoriais encontrados na realidade concreta.

Outro princípio do SUS é a Integralidade, ou seja, “a atenção à saúde deve levar em consideração às necessidades específicas de pessoas ou grupos de pessoas, ainda que minoritários em relação ao total da população”²¹. Este princípio exige para seu cumprimento, orientando-se a reorganização e especificidades dos serviços de saúde, o conhecimento da composição demográfica e das demandas por saúde nos municípios e regiões.

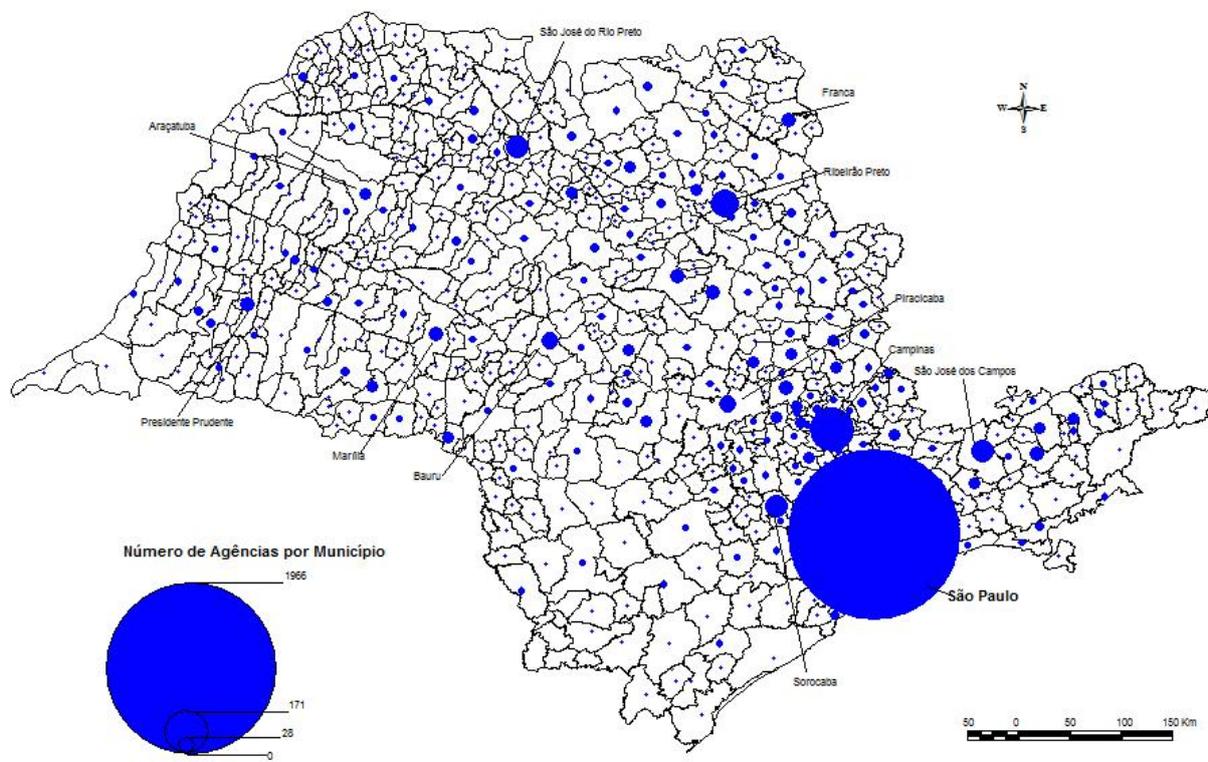
Nenhum desses três princípios fundamentais do SUS – *Universalidade, Equidade e Integralidade* - pode ser buscado sem uma cartografia da população, das estruturas de saúde e da ocorrência de doenças por município do Estado de São Paulo, de modo a subsidiar a tomada de decisão para planejamento e execução territorial dos serviços de saúde no Estado.

Já os mapas 12 e 13 demonstram a grande concentração dos setores secundário e terciário da economia paulista por município. A partir deles é possível perceber que, dados os enormes desequilíbrios regionais na distribuição das indústrias e dos bancos, as Delegacias Tributárias (mapa 3) devem possuir especialização regional, com funções diferenciadas, dependendo-se do município ou região sob sua organização. Desse modo poder ser possível orientar uma política tributária territorial, ou a seleção de municípios para determinação de benefícios fiscais voltados à desestimular a concentração atual.

²⁰ É possível que o mapeamento de outras variáveis como idade da população, distribuição espacial das doenças, percentual de população urbana e agrícola, por município reforçasse a compreensão de que uma nova regionalização para a saúde é necessária, ao invés, apenas, de um recorte político-administrativo, como aquele das Direções Regionais da Saúde.

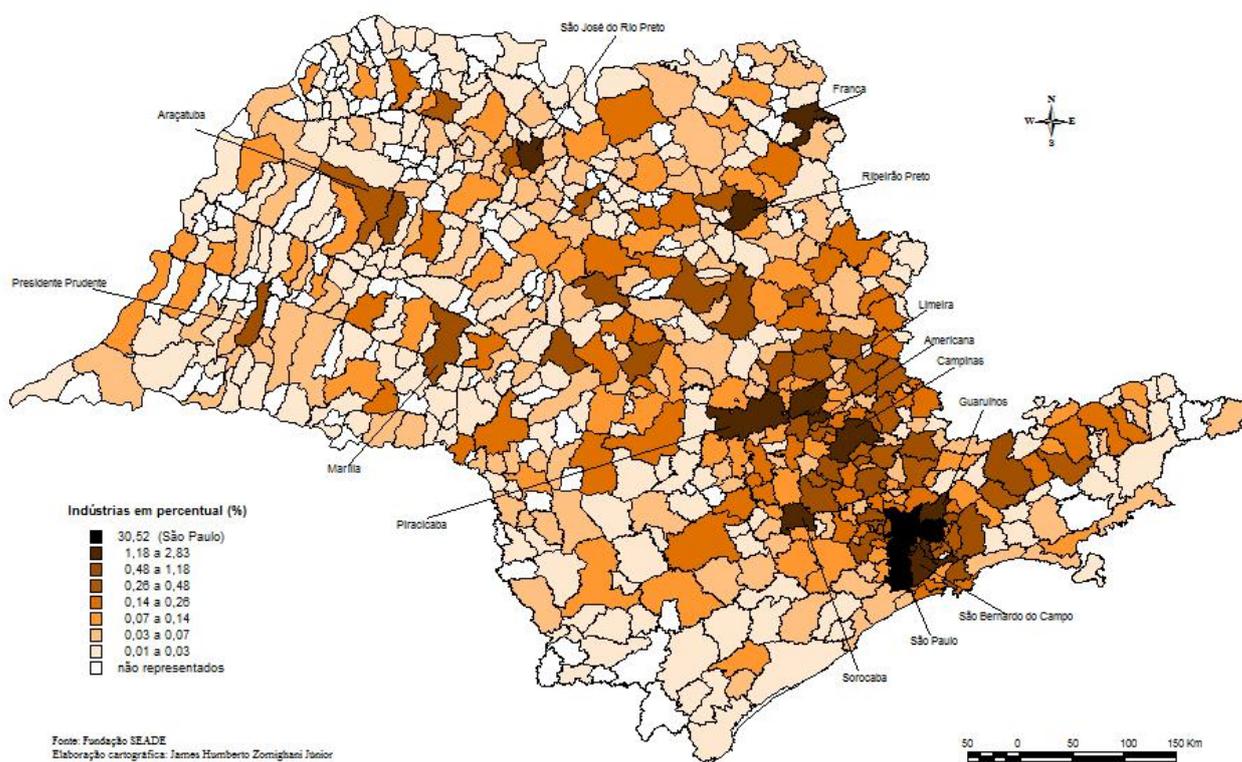
²¹ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Sistema Único de Saúde (SUS) : Princípios e Conquistas. Brasília : Ministério da Saúde, 2000.pág. 31.

Mapa 12 O ESTADO DE SÃO PAULO - Total de Agências Bancárias, por Município. 2002.



Fonte: Fundação SEADE
Elaboração cartográfica: James Humberto Zomighani Júnior

Mapa 13 O ESTADO DE SÃO PAULO - Percentual do Total de Indústrias do Estado, por Município. 2006.



Fonte: Fundação SEADE
Elaboração cartográfica: James Humberto Zomighani Júnior

Considerações finais

A intensa renovação teórica e epistemológica da Geografia pode orientar um novo planejamento territorial. As novas metodologias concebidas pelo uso das teorias e dos SIGs, quando utilizadas pelos órgãos do Governo do Estado, possibilitarão análises mais representativas da realidade concreta. Uma cartografia somada a análises territoriais complexas torna-se, portanto, imprescindível ao planejamento do território pelo Estado.

Diante das novas exigências da realidade e da renovação teórica em andamento, deve-se concluir que o mapa para a Geografia só tem sentido se veículo de expressão de suas formas de pensamento atuais, que renovam o corpus desta ciência (FONSECA, 2004, p. 43)

Torna-se cada vez mais necessária uma nova regionalização do território paulista, fundamentada nas práticas socioespaciais. Deste modo, a ação política do Governo do Estado poderá superar o paradigma atual e as limitações da ação setorial, a partir da organização de uma política com fundamentos no território usado.

Os órgãos responsáveis pelo planejamento territorial, de posse das novas metodologias e concepções do planejamento, poderão promover ajustes nas políticas para diminuição das disparidades regionais. Novas metodologias que consideram a totalidade dos usos do território tornam-se fundamentais para os Governos serem mais capazes de direcionar políticas e investimentos, superando as dicotomias territoriais, diminuindo as desigualdades e promovendo maior justiça socioespacial.

A adoção de uma única metodologia para ação regional de todas as Secretarias de Governo poderia ser um primeiro passo, em direção à criação das condições para um planejamento territorial. A continuidade dessas reflexões envolvendo cartografia e ação política poderá percorrer vários caminhos. Alguns exemplos:

- A análise dos procedimentos que orientam os investimentos de governo por município e região do Estado de São Paulo.
- As possibilidades de qualificação e melhoria da ação política local (das prefeituras), a partir de uma cartografia temática do espaço da cidade.
- Um estudo dos principais instrumentos do plano diretor municipal (como as leis do perímetro urbano e zoneamento) e dos condicionantes das novas infra-estruturas no espaço da cidade.
- O estudo das variáveis mais significativas para uma nova cartografia do estado de São Paulo que fundamente outra regionalização para o território paulista.
- Um conhecimento mais aprofundado da organização dos circuitos espaciais existentes no território do estado de São Paulo como apoio às decisões políticas.

Ao possibilitar uma visão da totalidade, as cartografias para a ação política permitem racionalizar a distribuição de recursos e serviços, considerando-os em relação ao conjunto total dos lugares em determinado território. Crampton & Krygier (2008, p.89) já nos afirmaram que *“mapas são ativos. Eles constroem ativamente o conhecimento, exercem poder e podem ser poderosos meios para promover a transformação social”*.

Um planejamento fundamentado no conhecimento geográfico da realidade é condição para uma nova práxis política. E que ela possa orientar uma política territorial, com os avanços da ciência sendo chamados a responder às demandas dos cidadãos, para os quais o território possa ser transformado em espaço de plenitude da vida!

Referências Bibliográficas

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Sistema Único de Saúde (SUS) : Princípios e Conquistas**. Brasília : Ministério da Saúde, 2000.

BRUNET, Roger. Visions de l'espace. In: BRUNET, Roger ; DOLFFUS, Olivier. **Mondes Nouveaux**. Paris: Belin/Reclus, 1990 (Coleção Géographie Universelle). P. 14-30.

BROSSEAU, MARC. RÉGIONS et Régionalisation dans les Manuels de Géographie: L'exemple de L'outaouais, 1804-1957. **Cahiers de Géographie du Québec**. Vol. 33, no 89, septembre 1989, 179-196.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. A regionalização da mídia brasileira. **UNIrevista** - Vol. 1, n° 3: (julho 2006).

CARL, Christine. **Aménagement du territoire**. Rapport. Paris: Conseil d'Analyse Économique. La Documentation française. Paris, 2001.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma Introdução à Cartografia Crítica. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p. 85-111.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FONSECA, Fernanda Padovesi. **A Inflexibilidade do Espaço Geográfico, Uma Questão para a Geografia: análise das discussões sobre o papel da Cartografia**. São Paulo: Departamento de Geografia. FFLCH/USP, 2004. (Tese de Doutorado)

_____. **O Potencial Analógico da Cartografia**. Boletim Paulista de Geografia, n. 87, pp. 85-110, 2007.

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GONZALES, Maria Jesus. **La Región en el Pensamiento Geográfico**. Leon (Espanha), Facultad de Filosofia y Letras: Contextos, XIII/25-26, 1995 (págs. 171-206).

IBGE. **Considerações sobre a Proposta de Regionalização e Seleção de Pólos Estratégicos para o Reordenamento Territorial**. Brasília, 2008.

LABASSE, Jean. **L'organisation de l'espace. Éléments de Géographie Volontaire**. Paris: Hermann, 1966.

LÉVY, Jacques. **Le tournant géographique : penser l'espace pour lire le monde**. Paris : Belin, 1999.

MARTINEZ, José Maria Serrano. **Las Capitales Político-Administrativas De Las Comunidades Autónomas De España: Su Significación Dentro De Los Subsistemas Urbanos Regionales**. Murcia: Papeles de Geografía, 36 (2002), 147-170.

GEIGER, Pedro. P. **Regionalização do Brasil**. In: Documentacion del I Seminario sobre Regionalización. Comisión de Geografía. Instituto Panamericano de Geografía e Historia. Rio de Janeiro: OEA, 1968.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. São Paulo: AGB/**Boletim Paulista de Geografia**, número 54, 1977.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Da Política dos Estados à Política das Empresas**. Transcrição da palestra proferida em 14 de outubro de 1997, na Escola do Legislativo, dentro do curso de Formação Política. Cadernos da Escola do Legislativo. ALMG, Número 6, julho-dezembro de 1997

_____. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo**, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SARTRE, Jean Paul. **Questões de Método**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

SILVEIRA, Maria Laura. A Geografia de Milton, uma Geografia da Vida In: LIMA, Luiz Cruz (org.) **Conhecimento E Reconhecimento**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

SOUZA, Maria Adelia . Conexões Geográficas - um ensaio metodológico: uma versão ainda preliminar. **Revista do IEA**, São Paulo, 1991

_____. **Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC; ANPUR, 1994. p. 21-28.

_____. **O Novo Brasil Urbano: Integração ou Fragmentação? In O Novo Brasil Urbano. Impasses – Dilemas – Perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

TONIETTO, Jorge. **Valorização do Ecossistema. Importância da Regionalização Vitivinícola na Produção de Vinhos de Qualidade**. In: VII Viviculture and Encology Latin-American Congress. Montevideo, Uruguay, 2001.

TONI, Jackson de & KLARMANN, Herbert. Regionalização e planejamento: reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, Número Especial, p. 517-538, 2002.

ZOMIGHANI JR., J. H. **Território Ativo e Esquizofrênico – Prisão e Pena Privativa de Liberdade no Estado de São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2009. 319 p. (Dissertação, mestrado em Ciências: Geografia Humana).